

FLEURI, Reinaldo M. Contradições e Perspectivas Emergentes na Extensão Universitária em Educação Popular. **Revista Contexto & Educação**. Ijuí, n. 20, p. 47-54, 1990.

# CONTEXTO & EDUCAÇÃO

Revista

20

PRÁTICAS SOCIAIS TRANSFORMADORAS

OUT./DEZ. 1990



## PERSPECTIVAS/DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

eca Fleuri

+ Fleuri 617 c

0

- Os desafios dos anos 90 • Por uma hegemonia democrática
- Entre Comunidade e Classes • Extensão Universitária • Educação Popular • O papel da sociedade civil • O Programa ALFORJA
- A Pedagogia Histórico-Crítica – A Oficina Interdisciplinar



Livraria UNIJUÍ Editora

EDITORIAL .....	07
-----------------	----

Educación Popular: Retos de los Noventa .....	09
---	----

**Marco Raúl Mejía Jiménez**, assessor de educação sindical e pesquisador em educação popular no Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP), Bogotá, após haver caracterizado o novo contexto da Educação Popular na América Latina, traça os núcleos temáticos que a desafiam para os próximos anos, tais a delimitação de seus campos de ação, a construção integral de seus processos, de sua teoria e sua prática, de seu sistema de formação dos educadores populares.

Educación Popular: para una nueva hegemonia democrática .....	27
---	----

**Jorge Osorio Vargas**, licenciado em História, diplomado em Direitos Humanos no Instituto de Estudos Sociais de Haia, Secretário Geral do CEAAL expõe a urgência de um salto teórico-metodológico de qualidade, que dinamize a Educação Popular na perspectiva de projeto estratégico de democratização em nossos países, uma educação capaz de pensar toda a sociedade, tendo centrada sua prática na sociedade civil e seus movimentos.



<b>Entre Comunidade e Classe: os primeiros anos do Movimento Comunitário de Base de Ijuí, Rio Grande do Sul, 1961-1964 .....</b>	<b>33</b>
--	-----------

**Geert A. Banck**, professor de Antropologia do Brasil, Universidade de Utrecht, pesquisador titular membro do CEDLAM, Amsterdam, analisa a história dos primeiros anos do Movimento Comunitário de Ijuí, ligado à extensão universitária, e nele aponta a passagem da ideologia da comunidade para o entendimento dos desafios da sociedade de classes.

<b>Contradições e Perspectivas Emergentes na Extensão Universitária em Educação Popular .....</b>	<b>47</b>
---	-----------

**Reinaldo Matias Fleuri**, doutor em Filosofia e em História da Educação e professor no Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, expõe as conclusões de pesquisa sobre a extensão universitária em educação popular, apontando limites e possibilidades de potencializar a interferência dos movimentos populares na vida universitária e a apropriação, por eles, do cabedal técnico-científico detido na universidade, como fatores importantes para a evolução crítica dos referenciais teóricos em ambas as instâncias.

<b>Impasses de Comunicação em Projetos de Educação Popular: o caso do Assentamento do Engenho Pitanga em Pernambuco .....</b>	<b>55</b>
---	-----------

**Maria Salett Tauk Santos e Angelo Brás Fernandes Callou**, professores de Comunicação Rural na Universidade Federal Rural de Pernambuco e doutorandos em Comunicação na USP analisam, no caso de extensão universitária em assentamento da Reforma Agrária, os impasses da comunicação no seio da universidade e de frente às ações desenvolvidas paralelamente por outras organizações governamentais e não-governamentais.

<b>Notas sobre o Papel do Estado e da Sociedade Civil .....</b>	<b>64</b>
---	-----------

**José Nicolau de Souza**, Mestre em Comunicação e professor titular na Universidade Regional do Rio Grande do Norte, Mossoró, analisa as relações do Estado e da Sociedade Civil no contexto das ações da extensão rural.

**Oscar Jara Holliday**, coordenador do Programa ALFORJA, apresenta o referido Programa de coordenação operativa entre seis instituições da América Central, nos campos da investigação, da formação, da sistematização, da teorização e da produção de materiais e analisa a organização, o sentido e a metodologia da Educação Popular e as contradições que enfrenta.

**Carmen Vildoso Chirinos**, Vice-Presidente da Associação Nacional de Centros, Lima, Perú, aponta a necessidade da educação em defesa da vida nas vivências concretas, cabendo às organizações populares a tarefa de regenerar as bases sociais de uma proposta de pacificação social.

**Eunice S. Trein e Neise Deluiz**, Mestres em Filosofia e doutorandas em Educação Brasileira, mostram na construção do poder alternativo da organização e articulação das forças populares no Brasil, ao final da década de 70, o surgimento da teoria histórico-crítica, que, no entanto, tem suscitado intenso debate e sofrido duras críticas no sentido de poder de fato informar as práticas cotidianas dos educadores.

**Jorge Manuel Gil**, Contador Público e Catedrático na Universidade de Patagônia, Argentina, na crítica ao pseudomorfismo e à rigidez das profissões ligadas às Ciências Econômicas, estabelece as bases para uma pedagogia da formação profissional e aponta um possível instrumento mais flexível: a oficina interdisciplinar com a participação dos usuários.



# CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS EMERGENTES NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO POPULAR

*Reinaldo Matias Fleuri*

Eu acho que aqueles que passaram  
por uma universidade têm condições  
de vir ao encontro da gente para  
que nossa luta avance.

Salvador Pires (sindicalista)

Para terem poder sobre o processo  
produtivo, os trabalhadores precisam  
transformar a função social  
da escola e da ciência.

Antônio Lettieri

de São Paulo, o debate sobre as questões-chaves que aí se coioçam pode ser útil, tanto para avaliar suas conclusões, quanto para oferecer elementos de referência para colegas que investigam problemas semelhantes em outras áreas.

## EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

### INTRODUÇÃO

Com o presente texto pretendo expor algumas contradições e perspectivas emergentes em experiências de extensão universitária em educação popular, realizadas pela Universidade Metodista de Piracicaba, nos últimos dez anos. Este pode ser um ponto de partida para discutir, numa perspectiva mais ampla, a compreensão e o enfrentamento das questões relativas ao saber e ao poder que surgem no limiar entre universidade e movimentos populares.

Embora esta pesquisa focalize experiências realizadas por uma universidade confessional do interior do Estado

A extensão universitária no Brasil tem sido tradicionalmente imposta numa perspectiva conservadora e domesticadora. Só em determinados contextos e momentos de grande efervescência social é que a irrupção do movimento popular suscita a aliança de universitários com processos de educação popular, apoiando a luta pela hegemonia das classes populares.

O período de 1960-64 é particularmente significativo. Mesmo assim, o engajamento de intelectuais e estudantes universitários em movimentos de educação popular ocorre paralelamente à instituição universitária, sem conseguir provocar transformações permanentes em sua estrutura e em sua política.

A questão da educação popular e de sua ligação com a extensão universitária é retomada no período pós-78, quando ressurgem movimentos populares forçando a "abertura" do regime ditatorial. Entretanto, apenas algumas universidades confessionais, estimuladas por suas mantenedoras (Igrejas comprometidas com movimentos de oposição à ditadura), destacam-se na promoção de projetos e debates ligados à educação popular.

É neste contexto que nascem os projetos comunitários da UNIMEP.

#### **AS EXPERIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA**

Inspirados na doutrina social metodista e respaldados pelo reitor empossado em 1978, alguns setores desta universidade criam o Pronto Atendimento Integrado à Comunidade (PAIC), que oferece assistência médica e social à comunidade universitária, e o Projeto Periferia, que instala pré-escolas em bairros da periferia piracicabana, a partir de 1980.

Estes projetos assumem caráter assistencialista, seja porque toda a iniciativa e direção fica por conta de setores universitários, sem uma participação ativa da comunidade beneficiária, seja devido a seus pressupostos funcionalistas, que obscurecem as contradições objetivas, legitimando os interesses dos grupos hegemônicos na instituição.

A tendência assistencialista dos projetos comunitários é questionada nos debates promovidos em 1981, principalmente pelo Centro de Filosofia e Teologia. Procura-se, então, integrar esses projetos com os setores acadêmicos e com movimentos populares. A partir daí, o Projeto Periferia busca se reformular.

De um lado, os estágios e a extensão universitária aparecem como elos de ligação do Projeto Periferia com os cursos e departamentos. De outro, criam-se programas de educação de adultos e de organização popular como tentativas de inserção da universidade na mobilização popular.

Contudo, além de não se superar o assistencialismo, reforça-se o elitismo: os universitários vêem no povo, ou a "massa carente" que podem ajudar, ou a "comunidade orgânica" à qual podem oferecer instrumentos teóricos necessários para exercer seu suposto potencial revolucionário.

O Projeto Periferia consolida-se, ainda, como estrutura formal e hierárquica. Sua organização, tipicamente burocrática, preserva relações de dominação no trabalho e favorece a criação, em 1982, do Núcleo de Ação Comunitária, que coroa o processo de centralização do controle sobre os projetos de educação popular da universidade.

O reitor, com base nesse poder, *promove grandes eventos.*

O Seminário Internacional de Educação Popular possibilita o relacionamento da UNIMEP com entidades nacionais e internacionais. Já o Congres-



so Nacional dos Favelados consagra a aliança entre a universidade e organizações populares locais.

O intercâmbio com o movimento popular suscita debates e novos projetos, que acirram conflitos ideológicos e políticos nos projetos de ação comunitária. O Projeto Periferia, atravessado pela contradição entre o saber-poder dominante e o saber-poder popular, entra em crise e implode.

Em meio à crise do Projeto Periferia florescem iniciativas de alfabetização, de comunicação popular, de assessoria jurídica e tecnológica vinculadas ao movimento popular. Tais atividades congregam-se no Projeto Ação Cultural e Tecnologia Apropriada (ACTA), que desenvolve uma metodologia dialética de educação popular, na busca de apoiar o avanço autônomo das organizações populares. Ao mesmo tempo, procura inserir-se na estrutura acadêmica da UNIMEP, utilizando estrategicamente o espaço institucional da extensão universitária.

## CONTRADIÇÕES EMERGENTES

O que determina o surgimento dos projetos comunitários e de educação popular da UNIMEP?

É possível identificar algumas razões conjunturais e estruturais.

Do ponto de vista conjuntural, verifica-se o ressurgimento de movimentos populares e sindicais em meados dos anos 70, aos quais se aliam instituições eclesiais, jurídicas e educacionais, tradicionalmente ligadas às classes domi-

nantes. Avoluma-se, com isso, o movimento social de oposição ao regime militar, defensor do modelo econômico capitalista associado imposto ao país.

Este conflito se reproduz também no interior da Igreja Metodista.

A maioria de seus membros, liberal e conservadora, vê surgir grupos progressistas favoráveis às causas populares que, na luta por redirecionar a doutrina social e a proposta educacional metodista, conquistam o controle da Universidade Metodista de Piracicaba a partir de 1978.

A nova reitoria, na busca de atender a interesses divergentes de setores da comunidade universitária e fazê-los confluir na sustentação da sua hegemonia, assume uma estratégia da qual faz parte a criação de projetos de ação comunitária e de educação popular.

Os primeiros projetos comunitários da UNIMEP, com efeito, atendem à Igreja Metodista porque simbolizam o exercício de sua missão; impressionam a opinião pública por se identificar com as reivindicações populares; satisfazem aos alunos e professores pois os acolhe em momentos difíceis e representam seu anseio de compromisso social.

Escamoteia-se, porém, a divergência de interesses entre mantenedora e comunidade universitária, como a necessidade de preservação do patrimônio contra a luta pela escola pública e gratuita, a necessidade de centralização do controle da universidade contra a luta pela democratização das suas estruturas de poder.



Além destes conflitos conjunturais, os projetos de ação comunitária e educação popular manifestam também contradições estruturais entre a universidade e o movimento popular.

Em primeiro lugar, a própria estrutura institucional da universidade contrasta com o tipo de organização buscado pelos movimentos populares.

Por um lado, a universidade configura-se como uma organização democrática (ou seja, uma estrutura hierarquizada, em que todas as relações são formalmente definidas e dirigidas por uma cúpula de administradores profissionais), controlada pelo Estado e servindo aos interesses da burguesia, no que diz respeito à produção do saber científico e técnico, assim como à formação de profissionais especializados de que as empresas capitalistas necessitam.

Por outro lado, o movimento popular apresenta-se como um conjunto extremamente diversificado de organizações das classes subalternas que tentam resistir à exploração e à dominação capitalista. Desenvolvem geralmente formas de organizações participativas, informais, visando à satisfação de necessidades concretas e imediatas, no que se refere à moradia, trabalho e direitos civis. Muitas organizações populares buscam solidificar sua estruturação interna e unir-se a outros movimentos sociais. Mas, na medida em que se institucionalizam, correm o risco de se burocratizar e cair sob o controle do Estado e da classe dominante.

Como pode, então, a universidade – sendo uma instituição burocrática tradicionalmente a serviço da burguesia e com tendência a servir como instrumento de cooptação e dominação das classes populares – aliar-se ao movimento popular no sentido de reforçar sua autonomia na perspectiva da construção do poder popular?

Em segundo lugar, a universidade é acessível às camadas sociais médias e altas, sendo-lhe vetado o acesso da classe trabalhadora.

Por um lado, o sistema escolar seletivo permite o acesso à universidade de apenas indivíduos economicamente privilegiados que, na busca de ascensão social, submetem-se a um processo de cooptação e treinamento para servir aos interesses do capital.

Por outro lado, a classe trabalhadora, sistematicamente impedida de ter acesso ao ensino superior, é expropriada dos meios técnicos e científicos importantes para a construção de sua hegemonia.

Como pode a elite universitária, aderente ao projeto da burguesia baseado na exploração e dominação da classe trabalhadora, colocar-se a serviço dos interesses desta última?

Em terceiro lugar, o saber acadêmico, produzido e divulgado pela universidade, contrasta com o saber popular, elaborado pelas classes populares em suas lutas de resistência.

Por um lado, o saber acadêmico apresenta-se como ciência e técnica formalmente elaboradas por profissionais, progressivamente se diversificando nas várias especializações e se

destacando da práxis social. A teoria é, assim, considerada como independente e acima da prática.

Por outro lado, o saber elaborado pelas classes populares em sua práxis social de resistência manifesta-se, sinteticamente, através de variadas expressões culturais informais. Aqui, a teoria surge e se verifica a partir e em função da prática.

Como pode, então, o saber acadêmico contribuir para a sistematização do saber popular e, ao mesmo tempo, restabelecer relações dialéticas com a prática social, reelaborando-se a partir e em função das necessidades concretas?

Contradições estruturais como estas constituem situações de impasse que, ao mesmo tempo, tendem para sua superação.

As experiências de extensão universitária em educação popular realizadas pela UNIMEP indicam algumas perspectivas neste sentido.

## PERSPECTIVAS

Uma primeira perspectiva emerge da constatação de que os projetos de extensão universitária em educação popular, mesmo sendo iniciados e controlados pela universidade, abrem espaço para a irrupção do movimento popular do interior da instituição, tanto através de debates, quanto através de projetos ligados a organizações populares.

De uma parte, as iniciativas de ação comunitária da UNIMEP são promovidas pela reitoria e tendem a refor-

çar a hegemonia dos grupos dominantes e a legitimar o poder da mantenedora no interior da instituição; desempenham um papel assistencialista e organizam-se burocraticamente, consagrando a centralização do poder na universidade; servem de apoio para realizações que promovem a imagem da instituição junto à opinião pública.

De outra parte, porém, favorecem a crítica ao academicismo e ao autoritarismo da universidade; estimulam a mobilização de professores, alunos e funcionários, reforçando as lutas pela democratização da universidade; possibilitam a criação de serviços que apóiam o surgimento e o fortalecimento de organizações populares.

O movimento popular ocupa, assim, a universidade e resiste ao poder dominante, como acontece na crise da UNIMEP no início de 1985, quando várias organizações de favelados, trabalhadores, professores e estudantes entrincheiram-se no campus universitário, em defesa de um espaço que "já é seu", conseguindo derrotar a intervenção autoritária da mantenedora.

No que se refere, portanto, à contradição entre o caráter burocrático da universidade e a exigência democrática das organizações populares, é possível constatar uma relação dialética entre o poder dominante e o poder popular.

Por mais rígida e forte que seja uma organização burocrática, esta não consegue impor automaticamente relações de dominação. Os setores de base resistem de diferentes maneiras e, de acordo com a força acumulada, conseguem se organizar, desafiando o



poder dominante a criar novas formas de dominação que, por sua vez, provocam outras maneiras de resistência ou abrem brechas para novas reivindicações.

Tal dinâmica reproduz, em última instância, a luta de classes, que atravessa todas as instituições sociais.

A classe dominante impõe-se à proporção que consegue submeter a classe explorada, expropriando-lhe os meios de controle sobre o processo de trabalho coletivo.

Já o poder popular afirma-se na medida em que as classes subalternas conseguem resistir à dominação e reapropriar-se coletivamente dos instrumentos de poder, consolidando formas democráticas de organização.

Uma segunda perspectiva decorre do fato de que a presença do movimento popular, facilitada inclusive pelas atividades de extensão em educação popular, acirra as contradições do interior da universidade, provocando mudanças tanto na sua estrutura de poder, quanto na sua estrutura acadêmica.

Por um lado, o movimento popular identifica-se com as lutas do movimento estudantil e docente pela democratização da universidade, que reivindicam ensino público e gratuito para permitir o acesso das classes populares aos vários graus de ensino, inclusive ao superior, e propugnam a participação democrática na estrutura de poder da escola através, por exemplo, da criação e dinamização de colegiados representativos.

Por outro lado, questiona a prática academicista do ensino e da pesquisa,

estimulando o desenvolvimento de ciência e de processos educativos a partir e em função da prática social, que permitam às classes populares reapropriarem-se dos instrumentos de controle sobre o processo produtivo.

É o que acontece, por exemplo, nas experiências do ACTA, que procuram tomar a prática como ponto de partida, finalidade e critério de elaboração da teoria. Tentam desenvolver processos educativos em que se elaboram conhecimentos imediatamente assimiláveis pelos movimentos populares e úteis ao avanço de suas lutas. Com isso, buscam tornar-se uma alternativa educacional e um desafio à alienante desvinculação entre teoria e prática, assim como à justaposição formal do ensino, pesquisa e extensão, peculiares à educação acadêmica.

Uma terceira perspectiva reside no fato de que os projetos de extensão universitária em educação popular tendem a se constituir como instâncias relativamente autônomas, mas organicamente vinculadas tanto à universidade, quanto às organizações populares.

A autonomia ideológica e administrativa dos projetos de educação popular aparece como necessária para que estes não sejam reduzidos a meros prolongamentos da burocracia e do academicismo universitários.

O ACTA, por exemplo, tem desenvolvido seus projetos com bastante autonomia. Em relação aos setores administrativos da universidade, adquire relativa independência à medida que recebe apoio financeiro externo. Em relação aos departamentos acadêmi-

cos, por não lhes estar estruturalmente vinculado, goza de grande liberdade de iniciativas.

Mas a vinculação dos projetos de educação popular com os setores acadêmicos apresenta-se como uma exigência para, numa direção, potencializar a interferência dos movimentos populares na vida universitária e, noutra, possibilitar-lhes a apropriação do cabedal técnico-científico detido na universidade.

Neste sentido, os estágios curriculares e a prática departamental da extensão universitária têm se demonstrado insuficientes para favorecer a dinamização da vida universitária numa perspectiva de educação popular, uma vez que tende a estabelecer uma relação unidirecional da universidade para a comunidade, da teoria para a prática.

A ligação dos projetos acadêmicos com as organizações populares apresenta-se, então, como um fator importante para a evolução crítica de ambos, pois, ao mesmo tempo que os primeiros podem obter um referencial concreto da prática social para sua elaboração, as segundas podem assimilar um referencial científico que permita sistematizar sua práxis.

Nesta perspectiva, torna-se necessário que os projetos de educação popular desenvolvam uma organização própria capaz de prestar, com competência, determinados serviços e assessorias às organizações populares. Mas é preciso, também, que se garanta a autonomia destes movimentos, tanto na iniciativa quanto no controle dos serviços prestados pela universidade.

## CONCLUSÃO E QUESTÕES EM ABERTO

Em síntese, as experiências de extensão universitária em educação popular realizadas pela UNIMEP apresentam tendência a favorecer a irrupção do movimento popular na universidade, acirrando contradições, provocando mudanças estruturais e ensejando a criação de instâncias de ação relativamente autônomas e organicamente vinculadas tanto à estrutura acadêmica, quanto às organizações populares.

Tais experiências indicam que os trabalhos de extensão universitária em educação popular podem ser um dos fatores de transformação da universidade e de avanço do movimento popular, na medida em que se inserirem num processo mais amplo de criação de um novo projeto de universidade popular, capaz de contribuir para que as classes populares se reapropriem dos meios técnicos e científicos necessários à construção de sua hegemonia.

Tal indicação, apesar de encontrar respaldo em resultados de outras pesquisas (FAGUNDES:1985; GURGEL:1986), precisa ser ainda analisada mais ampla e profundamente. Neste sentido, as limitações inerentes ao presente trabalho sugerem novas frentes de investigação.

Esta pesquisa focaliza apenas dois projetos desenvolvidos no período de dez anos em uma universidade confessional: o Projeto Periferia e o Projeto Ação Cultural e Tecnologia Apropriada da Universidade Metodista



de Piracicaba (1978-1987). Todavia, a análise e o cotejo de outros projetos semelhantes são indispensáveis para a elaboração de uma visão mais crítica e concreta do sentido da extensão universitária em educação popular.

Além disso, esta é aqui analisada apenas sob o ponto de vista dos universitários: torna-se necessário verificar a perspectiva de outros setores sociais que participam destes projetos, como as comunidades, os movimentos populares e as instituições sociais (entre as quais Gramsci daria particular relevo ao partido político).

Neste caso conviria, talvez, privilegiar as fontes vivas e depoimentos, mais do que documentos escritos.

Ainda, o enfoque da presente análise privilegia apenas duas dimensões dos fatos: as contradições relativas ao saber e ao poder. Outras contradições precisam ser também consideradas, para que continuemos a apreender a complexidade e a dinâmica da práxis em que estamos inseridos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social*; Extensão, limites e perspectivas. Campinas : UNICAMP, 1985. 170p. (Tese de doutorado).

FLEURI, Reinaldo Matias. *Educação Popular e Universidade*; Contradições e perspectivas emergentes nas experiências de extensão universitária em educação popular da Universidade Metodista de Piracicaba (1978-1987). Campinas : UNICAMP, 1988. 386p.

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo : Cortez/Autores Associados/Universidade Federal do Ceará, 1986. 182p. (Coleção Educação Contemporânea).